

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.129 - GO (2019/0301653-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DIHON MOISES COSTA SOUZA
ADVOGADO : DIHON MOISES COSTA SOUZA - GO051456
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : MAYKON MURILO COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **MAYKON MURILO COSTA**, no qual se aponta, como autoridade coatora, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/2006, à pena de 7 anos de reclusão, no regime fechado, com o pagamento de 600 dias-multa (e-STJ, fls. 26-38).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o TJGO, que denegou a ordem conforme a ementa:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. REGIME FECHADO. MODIFICAÇÃO. EXAME APROFUNDADO. INADMISSÍVEL. A alegação de que o paciente faz jus à modificação do regime não comporta apreciação em *habeas corpus*, por demandar acurado exame do material cognitivo, incompatível com esta via mandamental, tratando-se de matéria afeta a apelo já manejado pela defesa do paciente, inclusive. Precedentes. 2 - SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. É inexigível exaustiva fundamentação da sentença condenatória para a manutenção da prisão imposta ao paciente, uma vez inalteradas as circunstâncias que determinaram a segregação preventiva. Máxime porque imposto o regime inicial fechado, além do fato de o paciente/sentenciado ter permanecido preso durante toda a instrução processual. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA" (e-STJ, fl. 34).

No presente *writ*, aduz a defesa, em suma, que há constrangimento ilegal na hipótese, tendo em vista que "os argumentos do Excelentíssimo Juiz padecem de embasamento legal para o paciente começar cumprimento da pena em regime mais severo no caso regime fechado", pois "o magistrado determinou a segregação cautelar do Acusado, sem apresentar elementos concretos que justificassem a necessidade da prisão, amparando-se, tão somente, na quantidade e natureza da droga" (e-STJ, fl. 7).

Aduz que "[a] fixação de regime mais gravoso do que o imposto em razão da pena deve ser feita com base em fundamentação concreta, a partir das circunstâncias judiciais dispostas no art. 59 do Código Penal, da reincidência, ou de outro dado que demonstre a extrapolação da normalidade do tipo" (e-STJ, fl. 7).

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja relaxada a prisão do paciente. No mérito, pugna pela confirmação do provimento liminar ou, alternativamente, pela concessão do regime semiaberto ao sentenciado.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal, para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

